

PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA COMO PREVENÇÃO DA MALDIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Existe um fenómeno interessante ao qual os cientistas sociais chamam de “maldição dos recursos naturais” (Auty, 1993). Neste contexto, pode dizer-se que os países ricos em recursos naturais, como por exemplo recursos minerais e petrolíferos, apresentam uma má *performance* devido a um sem número de fatores que, segundo alguns estudos, serão: (i) elevado nível de pobreza, (ii) corrupção e democracia enfraquecida e (iii) violência e instabilidade civil. Durante o período de 1989-1998, cerca de 41% dos conflitos a nível mundial deram-se em países do continente africano (Wallensteen e Sollenberg, 2001). De facto, a maioria destes conflitos, quer sejam internos ou entre países, acontecem devido a disputas pelos recursos naturais; os países mais ricos apresentam também os piores índices de qualidade de vida e uma constante ameaça de guerra. São exemplo disso, nomeadamente, Angola, Sudão, Congo, Nigéria, Sierra Leone, e Liberia.

Além dos fatores acima mencionados, podem também referir-se razões económicas, tal como a falta de empregabilidade no sector extrativo, uma vez que se trata de um sistema intensivo em capital, e não de mão-de-obra intensiva, recorrendo maioritariamente a tecnologia avançada e recursos humanos altamente qualificados. A própria dependência por partes destes países em relação às receitas do sector extrativo gera, quer seja para financiamento do orçamento de estado, conduzindo muitas vezes ao chamado ‘choque-de-preços’, quer pela variação imprevisível dos preços nas flutuações de mercado, gerando instabilidade económica e política. Outro fator, a chamada *Dutch Disease*, revela que a economia doméstica dos países ricos em recursos naturais tende a decrescer. Isto deve-se ao abandono e falta de investimento no sector produtivo, como a agricultura, que sempre constituiu a base da economia (“*Dutch Disease*”, Países Baixos, 1970). No caso dos Países Baixos, ter-se-á verificado a queda do sector secundário, sendo mais comum verificar-se negligência do sector primário quando se trata de países em desenvolvimento. O alicerçar das economias destes países em fontes de energia esgotáveis

compromete também o seu futuro. Isto verifica-se devido ao desconhecimento em relação ao uso de energias renováveis como fonte sustentável a longo prazo. Por último, a falta de transparência e *accountability* no contexto do sector extrativo, que se verifica desde a fase de exploração até às receitas produzidas, são fatores a considerar.

Baseando-nos simplesmente em todas estas experiências, o conceito de “maldição dos recursos naturais” descreve e explica, de facto, o falhanço por parte dos países ricos em recursos naturais em beneficiar as suas próprias comunidades, que acabam por não usufruir daquilo que lhes pertence por direito.

Contexto de Timor-Leste

No contexto micro de Timor-Leste, colónia portuguesa durante cerca de 450 anos e território ocupado pela Indonésia durante 24 anos, o conhecimento sobre os recursos naturais existentes e qual a melhor prática de gestão dos mesmos são totalmente desconhecidos por parte das comunidades locais. O primeiro governo pós-independência terá dado os primeiros passos positivos no sentido de prevenir que a riqueza em recursos naturais se torne uma maldição. Um dos pontos positivos foi o estabelecimento do Fundo do Petróleo, fundamental para a transparência e *accountability* do sector extrativo (*International Best Practice Adopted*). O governo de Timor-Leste comprometeu-se, assim, a implementar ativamente o *Extractive Industry Transparency Initiative* (EITI), garantindo que durante o processo de execução orçamental a transparência fosse sempre respeitada, para evitar casos de corrupção. Apesar desta iniciativa, há uma série de obstáculos que poderão conduzir Timor-Leste a esta ‘inevitável’ maldição dos recursos naturais.

A execução do Orçamento Geral do Estado ainda não cumpre os princípios de transparência e *accountability*. Segundo os dados da *Transparency International*, Timor-Leste situa-se na posição 143 do *ranking* e tem um *score* de 2.4 relativamente à corrupção. Estes valores mostram claramente que os níveis de corrupção são altos e a caderneta de Timor-Leste ainda é vermelha.

Estudos sobre
a P@X

Estas circunstâncias ajudam a que os investimentos feitos, quer em capital humano (educação e saúde), quer nos sectores agrícola, turístico e de infraestruturas, seja insuficiente e inadequado. Por outro lado, o governo timorense também reduziu as suas receitas *non-oil*, taxas domésticas através da reforma da lei tributária em 2008.

Na verdade, a resolução destes problemas não é fácil, principalmente quando não há vontade política de promover a boa governação por parte dos países ricos em recursos naturais. De facto, na maioria destes países existe um sistema de transparência e *accountability*, mas que na prática se trata apenas de uma formalidade. Os países democráticos líderes a nível mundial, que dependem da importação de petróleo e gás, muitas das vezes não têm interesse em fazer pressão diplomática no sentido de exigir transparência fiscal e implementação orçamental adequada. As companhias petrolíferas multinacionais também promovem as 'boas relações' com os governos e não fazem nenhum tipo de exigências no que diz respeito à transparência da gestão orçamental. As duas partes beneficiam com o silêncio.

Quem poderá fazer o controlo? Estas condições revelam que, de facto, não há outro caminho senão o da participação direta e da partilha de responsabilidades por parte da sociedade civil e das comunidades. Estes poderão trabalhar no sentido de pressionar o governo para uma gestão eficiente e justa dos recursos naturais, garantindo também processos transparentes.



Formação nos sub-distritos de Atabae, Balibo e Maliana, no distrito de Bobonaro, Abril 2009. Fotografia de luthamutuk.orf/galleries.

O modelo usado pela Luta Hamutuk para promoção da participação comunitária passou

pela criação de espaços de debate e discussão pública entre a comunidade e os seus governantes e a organização de seminários temáticos a nível distrital e nacional. Outra das vertentes passa pela capacitação e formação das comunidades rurais acerca de como fazer monitorização das atividades da indústria extrativa e do Orçamento de Estado em relação ao desenvolvimento nacional. Ainda, outra das contribuições da Luta Hamutuk é a simplificação da documentação oficial para uma linguagem mais acessível, como é o caso dos relatórios acerca das reservas de gás e petróleo, do Fundo do Petróleo, do próprio Orçamento de Estado, e posterior distribuição pelas comunidades locais. Por outro lado, faz-se também o acompanhamento das comunidades nas atividades de monitorização e advocacia.

Conclusão

A Luta Hamutuk acredita que é possível, através deste conjunto de estratégias e pela promoção destes espaços de discussão pública, desenvolver também perspetivas de como melhorar a gestão dos recursos naturais. Estes modelos de participação das comunidades ajudam ao seu envolvimento concreto no desenvolvimento da nação e participação ativa no controlo daqueles que são os seus recursos e que devem ser geridos com fins de interesse público. O resultado são comunidades informadas, envolvidas e fortalecidas pela vontade de questionar sobre a transparência dos processos e sobre a forma como o seu governo gere os recursos naturais, a riqueza do país. A Luta Hamutuk tem vindo a promover uma maior participação por parte da sociedade civil em geral e das comunidades com que trabalha, porque, afinal, é o próprio povo que tem nas mãos as 'armas' para se tornar o autor na luta e prevenção contra esta maldição dos recursos naturais.

Zenilton Zeneves

Zenilton_zeneves@yahoo.com

Instituto Luta Hamutuk, Díli

Estudos sobre a P@X

Referências:

Auty, Richard M. (1993), *Sustaining Development in Mineral Economies: The Resource Curse Thesis*, London: Routledge.

Wallensteen, Peter e Sollenberg, Margareta (2001), "Armed Conflict 1989-2000", *Journal of Peace Research*, 38-5, p. 629-644.

**Estudos sobre
a P@X**